



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE PREVIDÊNCIA**

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

PROCESSO:	296040-2019
PRINCIPAL:	FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CUIABA
GESTOR:	OZENIRA FELIX SOARES DE SOUZA
ASSUNTO:	APOSENTADORIA/REFORMA/RESERVAS
INTERESSADO:	ISABEL CRISTINA CORDEIRO DE BARROS
RELATOR:	ISAIAS LOPES DA CUNHA
EQUIPE TÉCNICA:	LUCIANA NASR
NÚMERO DA O.S.	1453/2020

APLIC/ControlP



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE PREVIDÊNCIA**

Telefones: (65) 3613-7126 / 7623 / 2943 / 7601

e-mail: secex-previdencia@tce.mt.gov.br

SUMÁRIO

1. Introdução	2
2. Análise de Defesa	2
3. Conclusão	3



1. Introdução

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no artigo 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso, bem como nos artigos 29, inciso XXIV, e 197 da Resolução 14, de 2 de outubro de 2007, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, apresenta-se o Relatório Técnico de Defesa referente à aposentadoria da Sra. ISABEL CRISTINA CORDEIRO DE BARROS, no cargo de Enfermeira, classe/nível "E-XI", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no município de CUIABÁ/MT.

2. Análise de Defesa

1) Encaminhar os seguintes documentos para esclarecimentos quanto a Verba Incorporada ao Vencimento do Servidor: - Lei específica que regulamenta a incorporação; - Lei da época da incorporação que definia a política de remuneração, se subsídio ou remuneração; - Processo de incorporação; - Detalhamento acerca do período de exercício do cargo/função que gerou a incorporação; - Apresentação da data de início de recebimento da incorporação na atividade.

RESPOSTA DO GESTOR: Foram encaminhadas fichas financeiras dos exercícios previstos na Certidão de Estabilidade Financeira a fim de demonstrar o tempo de serviço prestado em cargo comissionado e/ou função gratificada, que justifiquem o deferimento do pedido da referida verba. Foi encaminhada a Lei nº 2642 de 26 de dezembro de 1988, que embasou a concessão da estabilidade financeira.

ANÁLISE DA DEFESA: Ressalta-se que devem ser encaminhadas as Portarias de nomeação e exoneração que a servidora exerceu na função gratificada, face ao exposto, **MANTÉM-SE A IMPROPRIEDADE.**

1) Ausência das Portarias de nomeação na função gratificada.

Encaminhar as Portarias de nomeação e exoneração que a servidora exerceu na função gratificada LB15.

Dispositivo Normativo:

Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).



1.1) *Encaminhar as Portarias de nomeação e exoneração que a servidora exerceu na função gratificada.* - **LB15**

3. Conclusão

Assim sendo, sugere-se em conformidade com os artigos 139 e 256, da Resolução 14/2007, e ao artigo 2º da Lei Complementar 269/2007, para em obediência a garantia do contraditório e ampla defesa, consagrada pelo artigo 5º, inciso LV da CF/88, a fim de que possa prestar esclarecimentos, sob pena de ser denegado o registro, acerca do seguinte achado para a CITAÇÃO da Sra. OZENIRA FELIX SOARES DE SOUZA:

OZENIRA FELIX SOARES DE SOUZA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

1) LB15 RPPS_GRAVE_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) *Encaminhar as Portarias de nomeação e exoneração que a servidora exerceu na função gratificada.* -
Tópico - 2. *Análise de Defesa*

Em Cuiabá-MT, 18 de Fevereiro de 2020.

LUCIANA NASR

TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA